

POLÍTICA REGIONAL

UMA PROPOSTA DE POLÍTICA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA O NORDESTE

João de Aquino Limaverde

Mestre em Ciência pela Universidade Federal do Rio de Janeiro; Geólogo pela Universidade Federal de Pernambuco; Bacharel em Administração pela Universidade Federal do Ceará e em Economia pela Universidade de Fortaleza; Consultor do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA)

RESUMO

Abre a discussão, no âmbito da Região Nordeste do Brasil, do modelo de seu desenvolvimento. Parte do pressuposto de que o Brasil está iniciando um novo ciclo de crescimento econômico e que as forças de mercado direcionarão esse crescimento para as regiões Sul e Sudeste, se nada for feito. Propõe a criação de uma grande base de capacitação em “ciência e tecnologia” com vista a se tornar em forte argumento de atração de capitais para a Região. Sugere o estabelecimento de uma “política regional de ciência e tecnologia” centrada em ações de capacitação da Região em cérebros e infra-estrutura de laboratórios. Subsidiariamente, propõe direcionar os trabalhos de pesquisa para os temas de interesse das cadeias produtivas regionais e para aqueles voltados para as vocações produtivas dos Estados. Ao final sugere a criação de um “fundo regional de desenvolvimento científico e tecnológico”, como forma de viabilizar os recursos financeiros para a execução da política proposta.

PALAVRAS-CHAVE:

Desenvolvimento do Nordeste Brasileiro; Política Regional; Ciência e Tecnologia; Brasil-Nordeste.

1 – INTRODUÇÃO

Estamos no limiar do terceiro milênio da era cristã, presenciamos, diuturnamente, acontecerem fatos, não há muito tempo impensáveis na história da humanidade. O fenômeno da globalização da economia é uma realidade movida à velocidade da luz; fronteiras se abrem; mitos se esvoacam e a Região Nordeste do Brasil continua a exibir indicadores de pobreza dos mais desastrosos do universo.

Muito já se discutiu e, mais ainda, já se procurou engendrar soluções capazes de resolver o problema da pobreza nordestina. No início, culpou-se a seca; vieram as obras hídricas. Depois, a falta de investimentos produtivos; vieram os incentivos fiscais. Mais recentemente, chegou-se à conclusão de que o grande problema da Região seria a carência de renda e emprego. Parte-se, então, para uma política de atração de investimentos à custa do sangue fiscal de Estados depauperados.

Os indicadores sociais continuam, entretanto, a permanecer firmes e fortes, inabaláveis até, em suas posições relativas, a mostrar que o Nordeste continua a abrigar uma imensa massa de pobres.

Diria mais, ainda, sem medo de errar, com base em simples conhecimentos empíricos, que muito da pobreza dos nordestinos vai além da carência material, mas se estende para a esfera da mente, quiçá do espírito, tornando as populações pobres de cidadania, subalternas, subjugadas, dependentes.

Vive-se um paradoxo. Disponibiliza-se Internet e sinal telefônico móvel nas mais longínquas paragens do Nordeste, enquanto cidadãos falecem vítimas de tuberculose, crianças morrem por inanição e velhos, desidratados.

Tal exórdio tem um sentido referencial: direcionar a discussão do desenvolvimento nordestino para um campo mais amplo de políticas que não se restrinjam apenas à questão do crescimento econômico, mas que se voltem para a propagação do desenvolvimento. E este começa pela geração, incorporação e difusão do Conhecimento. O “conhecimento”, aqui referido, é tido no seu sentido mais lato, para tudo e para todos.

Para começo, poder-se-ia fazer a seguinte reflexão: se por mais tempo do que o período de uma geração se vem procurando um meio de resolver a problemática nordestina da pobreza, se já foram tentadas as mais diversas soluções econômicas e o Nordeste continua um gueto de subdesenvolvimento exacerbado, por que não enveredar por outro caminho? O caminho do investimento no “conhecimento”, consubstanciado em ações de atração, formação e estímulos ao trabalho de cérebros na Região?

A idéia força é a de que a geração e a difusão do “conhecimento” tem, como consequência prática, o estabelecimento da cidadania, a restauração da dignidade dos cidadãos e cria as condições para que a população possa desfrutar de uma qualidade de vida decente. Desenvolver pesquisas, formar cérebros e educar para o trabalho tecnológico com vistas no porvir, enxergando um mundo melhor para todos.

No presente artigo, se intenta discutir a questão da “ciência e da tecnologia” no âmbito regional nordestino, procurando refletir na possibilidade de se encontrar um consenso no que diz respeito à ciência e à tecnologia” desejadas. A intenção é definir um referencial, uma senda: uma proposta com início meio e fim, começando por onde e objetivando chegar aonde.

2 – CIÊNCIA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO

Os compêndios de economia estão cheios de conceitos e definições de desenvolvimento. Não se deseja formular mais um, mas, simplesmente, chamar a atenção para o fato de que desenvolvimento não significa somente a satisfação das necessidades materiais de uma comunidade ou nação. Há que se considerar, também, a mente das pessoas, pois é exatamente nessa pequena área onde estão enraigadas as emoções, os sentimentos de liberdade, os parâmetros subjetivos que regulam os relacionamentos, enfim, o conceito de qualidade de vida.

Dá para se vislumbrar um ligeiro direcionamento da presente reflexão para o entendimento de que “ciência e tecnologia” não seriam apenas teoria e prática com o objetivo de se produzir algum bem ou serviço de forma competitiva, ou seja, com a

qualidade e o preço que o mercado estaria disposto a pagar, mas que “ciência e tecnologia” também é o “conhecimento” a serviço do homem, do seu eu interior. Ciência e tecnologia incorporam, também, o lado educacional, o lado comportamental, o lado emocional e o lado ambiental das pessoas e sociedades.

Quando falta “conhecimento”, todas as variáveis acima são encaradas de forma apenas experimental, ou vivencial, o que, dialeticamente, podem contribuir para o caos. E caos não é qualidade de vida, não é desenvolvimento.

Por outro lado, há que se considerar um outro fato: independentemente de todo e qualquer fenômeno globalizante, a vida das pessoas e comunidades, principalmente as interioranas, é intrinsecamente dependente de variáveis locais. Os custos de produção em escalas micro, podem não ser comparáveis quando se analisam os fenômenos econômicos em escalas macro. Assim, pode até não ser econômico se implantar um projeto de produção de abacaxis no topo da Chapada do Araripe, tendo-se como parâmetros as produtividades e os custos de produção de outras áreas. Mas, para o cidadão que lá sobrevive da lavoura da mandioca, com produtividade ínfima de 8 toneladas por hectare, desconhecendo o aproveitamento da parte aérea da planta, com ciclos de produção de 18 meses e receita bruta de R\$ 700,00 por hectare, plantar abacaxis e, com o mesmo trabalho e tempo despendido, auferir uma receita de R\$ 4.000,00 por hectare, é a salvação. Não há o que se pensar, o econômico, para essas populações é plantar abacaxis. E, a ciência ou a tecnologia desejada é aquela que venha trazer o conhecimento para fazer com que tal atividade seja auto-sustentada.

Conquanto se tenha chamado atenção para o fato de que há uma relatividade de parâmetros em jogo quando se fala em desenvolvimento local, é bem verdade que em escalas maiores a questão da competitividade é fundamental. E, aí, não há sobrevivência econômica sem tecnologia e, consequentemente, sem o conhecimento. Nessa seara não há improvisos. Ou se é competente em termos de produto, processo e gestão, ou não há espaços no mercado.

Vale, então, o questionamento: nos dias de hoje, de mundo globalizado, poder-se-ia pensar em

gerar renda e empregos para as populações sempre crescentes, prover os governos de recursos para o atendimento das necessidades básicas dos cidadãos, sem empresas competitivas? Em outras palavras, poder-se-ia distribuir rendas sem que as mesmas sejam geradas? Impossível, ou melhor dizendo, inverossímil.

Como as respostas serão sempre negativas, estende-se a pergunta: o que fazer para que as empresas sejam competitivas, haja crescimento e, por extensão, sejam satisfeitas as condições primeiras para o acontecimento do desenvolvimento? Resposta: gerar conhecimento pela ciência e colocá-lo a serviço da sociedade, difundindo-o através da tecnologia.

O cidadão comum, de mediana cultura, normalmente incorre em dois erros de avaliação quando se fala em tecnologia: o primeiro é que ele entende que tecnologia é algo relacionado apenas com produto ou, no máximo, com processo. É a indústria, a fábrica. Em outras palavras, as ciências sociais não produzem tecnologia. Esquecem-se de que a tecnologia de gestão é, hoje em dia, a maior arma para a competitividade. O outro erro de avaliação comum é imaginar que as pequenas empresas não necessitam dos instrumentos básicos de competitividade: tecnologias de gestão, de produto e de processos.

Há que se mudar tais conceitos. Dr. Rubens Costa, quando era Diretor do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em palestra no Banco do Nordeste, afirmava que a maior carência do Nordeste, com vistas a conquistar o seu desenvolvimento, não estava relacionada com as questões de saúde, segurança, e infra-estrutura básica. Sem negar tais necessidades, afirmou o renomado economista que a maior carência do Nordeste era de bons gestores e empreendedores. Em outras palavras, o Dr. Rubens estaria dizendo que a maior carência da Região era de tecnologia de gestão.

Em resumo, o desenvolvimento não pode prescindir da “ciência e da tecnologia”. Das ciências humanas, para entender o cidadão, suas relações e comportamentos; das ciências sociais, para orientá-lo nas suas organizações; das engenharias, para ser competitivo, crescer e atender às suas necessidades; da saúde, para ser saudável; em síntese, do “conhecimento”, para ser feliz.

3 – A ARMA DO CONHECIMENTO

A palavra arma induz à mente das pessoas a conceitos de luta, guerra, exércitos, ataque, defesa, vitória ou derrota. O mundo competitivo é uma guerra constante por mercados, por sobrevivência econômica, por competitividade.

Todo e qualquer empreendimento, independentemente do seu tamanho, no momento em que extrapola os limites de sua comunidade, passa a enfrentar a chamada globalização de mercados. O exemplo da comunidade de Santa Cruz do Capibaribe, em Pernambuco, é bem esclarecedor. Ao tempo em que foi lançado o produto “helanca”, com que se fabricava a famosa camisa “ban-lon”, aquela comunidade iniciou um processo produtivo de confecções, tendo como insumo os retalhos de fábrica de “helanca”. E o produto passou a ser oferecido em feira. Era só “helanca” que se fabricava, o que, por corruptela se tornou a feira da “sulanca”. Claro que, com o tempo, os confecionistas passaram a produzir *jeans*, por exigência do mercado e, principalmente, porque os retalhos de fábrica disponíveis passaram a ser de *jeans*. Tudo informal, todos felizes, multidões de sacoleiras de todo o Nordeste bem abastecidas. E veio a competição externa. Os chineses passaram a ofertar produtos melhores e mais baratos na feita da “sulanca”. Resultado: quebradeira geral.

Restam no ar pelo menos duas perguntas: primeira, por que os chineses chegaram com produtos melhores e mais baratos ? segunda, o que foi feito com os nativos ?. Resposta para as duas: guerra. Guerra pela sobrevivência econômica, guerra por mercados. Arma dos dois exércitos: Conhecimento. Os chineses, independentemente de qualquer subsídio governamental que, porventura, haja sido embutido em seus preços, concorreram com a arma do “conhecimento” da qualidade. Os produtores informais pernambucanos, para continuarem na guerra, defendendo suas posições, passaram a usar, também, a arma do conhecimento, da tecnologia de gestão. Organizaram-se, definiram processos integrados de compras e distribuição, fortaleceram-se pelo “conhecimento” e sobreviveram.

4 – A CAPACITAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA DO NORDESTE

Ficou reconhecido, pelo exposto, a imprenscindibilidade da “ciência e da tecnologia” para que aconteça o desenvolvimento, quer num mundo globalizado, quer num mundo de economia local. Resta saber como se posiciona o Nordeste nesse mundo do conhecimento.

As informações disponíveis, capazes de subsidiar uma análise ou aferição do potencial nordestino em termos de capacitação em “ciência e tecnologia”, restringem-se às seguintes:

- dados do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), relativos aos grupos de pesquisas estabelecidos;
- publicação realizada pelo Banco do Nordeste relativa a uma pesquisa realizada em 1986, no âmbito do estudo Diretrizes para Ação do Banco.
- demanda por recursos junto ao Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PADCT), do Ministério da Ciência e Tecnologia, apresentada pelas entidades de pesquisa regionais;
- demanda por recursos junto ao Banco do Nordeste, através do seu Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico;
- relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito, do Congresso Nacional, relacionado com as disparidades regionais.
- distribuição regional dos investimentos em “ciência e tecnologia” propiciados pelos órgão do Ministério da Ciência e Tecnologia;
- conceitos dados aos cursos de Mestrado e de Doutorado no País, pela CAPES (Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior).

Analisando-se as fontes acima citadas, a conclusão imediata é única: o Nordeste já dispõe de alguma base de pesquisa, até mesmo alguns núcleos de excelência, mas, de maneira geral, está

longe de se constituir em argumento de competitividade ou vantagem comparativa capaz de alavancar um processo de desenvolvimento sustentado, acelerado em relação às regiões Sul e Sudeste, indutor de uma história de crescimento econômico inserida no novo paradigma da economia do “conhecimento”.

Como a proposta do presente artigo é a busca de um consenso regional com relação a uma política de “ciência e tecnologia” para o Nordeste, diferenciada e compensatória e não a exposição das deficiências existentes, optou-se por apenas referenciar as fontes onde se pode verificar, através de dados, que no Nordeste não só há carência de infra-estrutura laboratorial, como de cérebros. A propósito dos cérebros, merece destacar que, em qualidade, não ficam nada a dever aos demais existentes no País, haja vista que foram formados nos mesmos ambientes acadêmicos. Acontece, entretanto, que os seus trabalhos se encontram direcionados para as áreas de suas especialidades, sem nenhum compromisso maior com a questão do desenvolvimento regional, salvo algumas exceções.

Vale, ainda, ressaltar que na história das agências de financiamento brasileiras, somente a partir do corrente ano de 1998 surgiu um novo enfoque nos critérios de alocação de recursos para pesquisas científicas e tecnológicas.

O Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PADCT), anteriormente referenciado, na sua atual terceira versão, introduziu dois novos conceitos em suas diretrizes de financiamento de projetos de pesquisas: a diferenciação regional e a pesquisa cooperativa, ambos inseridos no “componente de desenvolvimento tecnológico do programa”, para o qual foram destinados 50% dos recursos disponíveis.

Por causa da diferenciação regional, todos os editais do “componente de desenvolvimento tecnológico” trazem em suas chamadas um item em que apenas as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste podem competir, o que torna competitivos os diversos centros de pesquisas regionais.

O conceito de pesquisa cooperativa aplicados aos editais implica que os centros de pesquisas ou universidade somente poderão ter acesso aos recur-

sos do Programa se apresentarem projetos em parcerias com empresas. Em outras palavras, ou há participação das empresas privadas no projeto, ou não há enquadramento no edital. Trata-se, portanto, de condição *sine qua non*.

Esses novos critérios deverão dar margem a que, não só a Academia, mas também os “centros de pesquisas” não acadêmicos desenvolvam maiores esforços no sentido de conquistar parcerias empresariais para poderem disputar os recursos disponíveis no PADCT, resultando, como consequência, um maior direcionamento dos trabalhos de pesquisa para a área tecnológica e um maior entrosamento dos dois mundos, o do pesquisador e o do empresário.

Ressalta-se a importância desse entrosamento pesquisador/empresário, tendo em vista que nenhum “conhecimento” desenvolvido chega à sociedade sem a intermediação de uma ação empresarial, pública ou privada, mas sempre uma ação empresarial e, o que se verifica no momento é que, embora muito se fale no relacionamento universidade/empresa, falta uma interface que possa agir no sentido de proporcionar não só a tradução das linguagens, mas a unificação de interesses em prol do desenvolvimento econômico da Região.

5 – POR QUE UMA POLÍTICA REGIONAL

Num dos últimos seminários promovidos pelo Banco do Nordeste para comemorar seu aniversário, o Dr. Paulo Haddad proferiu uma palestra em que refletia sobre que rumo deveria tomar a economia do Nordeste diante da nova realidade econômica brasileira, referindo-se a dois pontos principais: estabilidade econômica e abertura da economia. No ponto de vista do conferencista, havia nítida tendência de que nos próximos anos a economia brasileira voltasse a crescer. Dizia mais, todos os indicadores apontavam no sentido de que esse crescimento se daria principalmente no Sul e Sudeste do País, haja vista as condições mercadológicas e de infra-estrutura oferecidas por aquelas regiões. O Nordeste, mais uma vez, estaria prestes a perder o bonde da história se não cuidasse de se inserir nesse novo processo de crescimento. Qual a receita proposta? Duas: a primeira, o que chamou de endogenia e a segunda, investimento maciço em “ciência e tecnologia”.

O entendimento dado à palavra endogenia passa pela questão da tecnologia de gestão. Para ser competitivo, o Nordeste não pode desperdiçar recursos. Cada centavo disponível na Região tem que ser aplicado da melhor forma possível e gerar o máximo de produtividade, principalmente no serviço público. Mais do que as outras regiões, além do sentido de complementaridade que deverá existir intraregionalmente, o Nordeste deverá ser competitivo.

A inclusão do investimento em ciência e tecnologia como condição necessária está relacionada com a lógica da competitividade. O apanágio maior da competitividade é a inovação; e não pode haver inovação sem “conhecimento”.

O mundo está em transição em termos de modelo econômico. Está saindo da era da economia industrial para a era da economia do “conhecimento”. Competência para gerar “conhecimento” é, com certeza, a única vantagem competitiva capaz de atrair investimentos portadores de futuro, comprometidos com o desenvolvimento, estáveis e duráveis.

6– BASES DE UMA PROPOSTA

Está bem claro que o Nordeste precisa se desenvolver a passos largos, apresentando taxas de crescimento maiores do que as verificadas para o País como um todo, haja vista a necessidade de se reduzir as disparidades existentes entre os indicadores sociais de desenvolvimento desta Região e os das demais.

Veja-se que se está falando de indicadores sociais de desenvolvimento e não econômicos. Deve ser absolutamente transparente para os nordestinos que as regiões Sul e Sudeste abriguem as maiores rendas per capita do universo. Viva! O importante é que haja qualidade de vida digna na Região. Importa que num breve espaço de tempo não seja o Nordeste a apresentar os indicadores de pobreza mais exacerbados do País. Melhor dizendo, a luta e o objetivo maiores dos nordestinos deve ser inserir a Região como prioridade nacional, colocar o seu desenvolvimento como objetivo nacional prioritário.

A grande discussão passa a ser metodológica, quando se passa a crer na sinceridade dos governantes quando propugnam o acima exposto: o desenvolvimento do Nordeste é prioridade para o Brasil. Não poderá jamais haver um Brasil desenvolvido com um Nordeste pobre, recheado de miseráveis.

O discurso explicitado neste artigo é bem claro. Defende-se o argumento do Dr. Paulo Haddad: a endogenia e a prioridade para “ciência e tecnologia”.

Nas discussões tidas e havidas nos últimos tempos sobre a urgência de se encontrar um caminho para o resgate da cidadania na Região, é comum se chamar a atenção para uma variável chamada vontade política. Vontade política é algo subjetivo na sua essência, mas muito concreto quando se reflete na prática das ações.

Com o intuito de exemplificar, relata-se, a seguir, uma ação de vontade política acontecida no final da década de 1950, quando ocupava a Presidência da República o eminentemente estadista Dr. Jucelino Kubischek, até mesmo porque o exemplo incorpora uma metodologia compatível com a proposta defendida neste artigo para a questão da Ciência e da Tecnologia no Nordeste.

De repente, descobriu-se que o Brasil, País com mais de 8 milhões de quilômetros quadrados de área, com certeza portador de uma riqueza mineral incomensurável, sem probabilidade de erro estatístico, não possuía geólogos para assumir a missão de desenvolver o conhecimento geológico do País.

A verdade era que no Brasil não existia uma única escola superior se quer, que formasse profissionais de geologia. Havia a Escola de Engenharia, Minas e Metalurgia de Ouro Preto, em Minas Gerais, que formava um profissional multidisciplinar, misto de engenheiro civil, de minas e metalurgista. Urgia, então, que se criasse no Brasil um programa de formação de geólogos.

E assim foi feito. Ligada à Presidência da República, foi criada a Campanha de Formação de Geólogos (CAGE). Foram selecionadas cinco cidades brasileiras para abrigar os cursos. No Nordeste escolheu-se Recife e Salvador.

E aí reside a exemplificação da vontade política explicitada em ações. Todas as Escolas de Geologia foram equipadas com os melhores laboratórios. Dispunha-se de ônibus novos para a realização de excursões pelo interior do Brasil, que aconteciam amiúde, totalmente custeadas pelo Programa. Os professores foram selecionados no mercado mundial, todos com os melhores *curricula*.

Na escola do Recife, já no início da década de 1960, havia inúmeros PHDs, de diversas nacionalidades: americanos, franceses, holandeses, ucranianos, indianos e alemães, além da prata da casa, que era constituída do que melhor havia. E mais, todo aluno dispunha de uma bolsa de estudos que era suficiente para viver se dedicando exclusivamente ao estudo, haja vista que o ensino era de tempo integral.

Quanto custavam todas essas coisas? Talvez não se saiba, mas o que é certo é que era bem mais do que o mais caro dos cursos mantidos pelas universidades de então.

Quarenta anos depois, qual o resultado de tudo isso?

Alguns exemplos podem ser esclarecedores. Ao ser privatizada a Companhia Vale do Rio Doce, graças à competência dos seus geólogos, ostentava a posição de maior companhia mineradora de ferro do mundo. Através de uma sua subsidiária, localizou, pesquisou e colocou em exploração inúmeras outras minas de molibdênio, cobre, ouro, estanho etc. A PETROBRAS (Petróleo Brasileiro S.A.), ainda estatal, detém a melhor tecnologia disponível no mundo para pesquisa e exploração de petróleo em águas profundas, com lâmina d'água superior a 1000m. Geólogos brasileiros coordenam a construção de parte da carta geológica do mundo. O “conhecimento” geológico brasileiro é respeitado universalmente. O Brasil detém o estado da arte nas geociências.

Com relação à “ciência e tecnologia”, o Nordeste estaria necessitando de um Programa CAGE. Se os caminhos do desenvolvimento na era do “conhecimento” não podem prescindir de toda uma capacitação científica e tecnológica, não há porque não se assumir a vontade política do fazer já.

Em que bases se poderia consubstanciar esse fazer já?

O entendimento é de que, nos dias de hoje, os acontecimentos, como que, se atropelam. Não se pode esperar para amanhã sob pena de se assumir algum prejuízo irreparável. Há que se estabelecer na Região toda uma competência laboratorial e de cérebros capazes de executar todo um projeto de formação de competências no mais curto espaço de tempo possível. Não se poderá esperar por um programa que contemple somente a formação de pessoal em espaços externos, na esperança de poder fixá-los na Região posteriormente. Os programas deverão ser iniciados de imediato: estabelecidas as prioridades de pesquisa, formadas as diversas equipes, implementado todo um processo de identificação de profissionais pesquisadores no mercado e a sua consequente contratação, iniciadas as pesquisas e os programas de especialização, mestrado, doutorado, pós-doutorado.

Há, entretanto, um pressuposto a ser considerado. Que rumo deverá ser dado a todo esse aparato de pesquisas. Não se poderia deixar ao livre arbítrio dos pesquisadores, sob pena de que cada um direcione seu trabalho segundo seus critérios pessoais. A Região deve ter desenhado seu rumo.

7 – QUAL SERIA O CONSENSO?

O Dr. Valfrido Salmito, ex-superintendente da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), profundo conhecedor do relacionamento político e dos interesses das diversas forças e grupos de poder da Região, afirmou, certa vez, por ocasião de uma discussão em Brasília relacionada com a Lei do Plano Plurianual, que o Nordeste tinha um estigma, em todos os momentos da história, quando se propunha algum projeto para a Região, metade das forças se posicionavam a favor e metade contra.

O estabelecimento de uma “política de ciência e tecnologia” de âmbito regional não é coisa fácil. São dez estados carentes, cada qual com sua problemática própria, suas prioridades. Às vezes, dentro do mesmo Estado, não há consenso quanto a que tipo de projeto dever-se-á dar prioridade. A sociedade ainda não se descobriu como agente do desenvolvimento, ainda não se educou para estabelecer prioridades e fazer valer suas decisões. A

grande tarefa é fazer com que as duas metades de que falava o Dr. Salmito, neste caso de uma “política de ciência e tecnologia” para a Região, se posicionem a favor. Seria um fato inédito e, portanto, de uma força enorme.

Em todo o caso, quando se fala em definir uma “política de ciência e tecnologia” para a Região, há que se estabelecer um consenso amplo, regional, abrangendo todas as forças vivas da sociedade. A Academia, acostumada a fazer ciência pela ciência, haverá de entender que pesa sobre si toda uma responsabilidade de levar o bonde da história a uma estação futuro e que essa estação seja consensual com os anseios da sociedade. Em outras palavras, a endogenia propugnada pelo professor Haddad impõe diálogo e consequente entendimento.

O rumo tem que ser estabelecido por consenso. Os empresários terão que entender que têm dupla função nesse processo: investir na capacitação tecnológica para a competitividade e fazer parceria com quem está imbuído do mesmo ideal de trabalhar pelo desenvolvimento regional. À classe política compete fazer valer a vontade da sociedade. As “agências de fomento” cabe o papel histórico de descer do seu pedestal e chamar para o diálogo as partes envolvidas, escutando-as e executando sua vontade. Aos trabalhadores, agentes executivos dos processos, cabe a participação no desenho do porvir.

Assumindo que essa platéia esteja reunida, qual seria o consenso? Ou seja, que propostas poderiam ser aceitas por todos, de forma que pudesse surgir uma vontade regional uníssona?

Atualmente, em todas as discussões técnicas dirigidas para a questão da competitividade, uma palavra se constitui consenso: capacitação. Ninguém se posiciona contra a necessidade premente de capacitação. Assim, a primeira proposta para consenso, no contexto da formulação de uma “política de ciência e tecnologia” (C&T), seria o estabelecimento de um amplo programa de capacitação.

O entendimento da capacitação requerida é no sentido amplo, ou seja, há necessidade de capacitar a Região de cérebros e infra-estrutura de laboratórios com o objetivo de estabelecer um programa permanente de formação e aperfeiçoamento de

pessoal, quer para a realização de pesquisas e docência, quer para o trabalho nas empresas.

Tal política de capacitação implica na importância imediata de outros mercados de pesquisadores e especialistas nas áreas que forem definidas e para as quais a Região é carente. Do ponto de vista laboratorial, uma vez estabelecidas as diretrizes de pesquisas, há que se promover os investimentos requeridos para dotar as instituições dos laboratórios necessários.

Estabelecida a primeira premissa que é a capacitação, o passo seguinte é definir as diretrizes de pesquisas. A proposta contempla dois segmentos:

- as cadeias produtivas existentes na Região;
- as vocações estaduais.

Nesse caso, é importante que a Academia entenda o seu papel. Não se está sendo contra a pesquisa básica, mas é imprescindível que se estabeleça prioridades com vistas a alavancar a capacitação tecnológica da Região.

Esta seria a proposta: “uma política de ciência e tecnologia para o Nordeste, centrada num intenso processo de capacitação das diversas instituições, com pessoal especializado e infra-estrutura laboratorial”, de tal modo que se possa pôr em prática, de imediato, a execução de um programa de pesquisas voltado para o apoio às cadeias produtivas existentes na Região e as atividades vocacionadas em cada Estado e proporcionar a formação e o treinamento da mão-de-obra regional necessária para atender às demandas das empresas existentes e dos novos projetos que venham a se instalar.

8 – COMO VIABILIZAR?

Da mesma forma como foi dado o exemplo de vontade política quando o Brasil necessitou da formação urgente de geólogos, na década de 1950, pode-se apresentar um outro exemplo comparativo para a questão da mobilização dos investimentos.

A Constituição de 1988, ao criar os “fundos regionais de investimentos”, estabeleceu que no caso do Fundo de Financiamento do Nordeste, o FNE, pelo menos 50% dos recursos, obrigatoriamente, seriam investidos na região semi-árida. Ao citar os Fundos Regionais, deseja-se chamar a atenção para

duas questões. A primeira seria: dependendo apenas de recursos orçamentários, teria o Nordeste conseguido, nos dez últimos anos, alocar recursos para investimentos privados na Região superiores a R\$ 5 bilhões? A segunda é quase um corolário: o Banco do Nordeste teria investido metade desses recursos no semi-árido se não houvesse uma determinação constitucional?

A experiência dos mais velhos e os dados históricos dizem que as respostas às duas questões seriam negativas, vez que as leis orçamentárias no Brasil parecem ficções e o quotidiano dos acontecimentos leva a crer que essas leis são feitas exatamente para não serem cumpridas.

Por outro lado, com a história econômica que o País viveu nos últimos vinte anos, e as conseqüentes medidas que cada governo foi obrigado a tomar, com o objetivo de colocar a economia nas rédeas, estaria complementado o quadro da total impossibilidade da manutenção de qualquer aporte de recursos estáveis para qualquer programa.

As dificuldades conjunturais são de tamanha monta que até recursos com suas aplicações vinculadas são sujeitos a cortes e contingenciamentos.

Vê-se, por aí, que jamais seria possível a execução de uma política de longo prazo, demandadora de recursos permanentes, se a fonte financiadora depender de recursos alocados no orçamento anual de algum Ministério. Primeiro, porque, dependendo dos humores oficiais, os recursos podem ou não serem liberados; segundo, por que o jogo do poder haverá sempre de influenciar nesse processo, desbalanceando a distribuição dos recursos em benefício dos que dispuserem de maior poder de barganha.

Isto posto, a proposição seria a transformação do Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNDECI), do Banco do Nordeste, através de uma lei federal, num Fundo Regional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, que poderia até manter a mesma sigla, FUNDECI, por uma questão de *marketing*.

Mutatis mutandis, o FNE poderia servir de modelo para a operacionalização desse Fundo, no que diz respeito à sua forma de gerenciamento. Alguns aspectos da sistemática do FNE são muito interessantes. Uma delas refere-se ao processo de decisão,

não depende da burocracia nem do jogo de poder exercido em Brasília. A aplicação dos recursos do FNE, no que não está estabelecido em Lei, depende de decisões tomadas no âmbito da Região, ou seja, o Banco do Nordeste propõe e o Conselho Deliberativo da SUDENE aprova. O poder de Brasília está restrito aos votos que dispõe no “conselho”, ou da sua capacidade de articulação, barganha e convencimento junto às representações regionais, o que, diga-se de passagem, acontece, mas sempre deixando alguma ação compensatória.

Assim seria o FUNDECI, um “fundo” da Região e para a Região. Acontecido, uma nova realidade se estabeleceria com respeito ao desenho do futuro desejado para a ordem econômica regional. As barganhas fiscais por investimento voláteis entre os Estados se transformariam em parcerias complementares visando o fortalecimento das diversas cadeias produtivas. As vocações locais seriam alavancadas pelo avanço tecnológico. A Região adentraria na era do “conhecimento” devidamente estruturada para competir em pé de igualdade, não só com as demais regiões do País, mas com o universo das nações.

Sonho? Talvez, mas bem palpável. Possível de realizar? Com certeza, é uma questão só de vontade política.

A essas alturas, vale a reflexão: qual será o futuro do Nordeste diante da realidade de hoje, em que os gestores dos diversos sistemas estaduais de “ciência e tecnologia” dos Estados vivem mendigando recursos junto aos dirigentes das instituições do Ministério da Ciência e Tecnologia para a implantação de minguados projetos de pesquisa, muitas vezes desarticulados da realidade produtiva local, totalmente isolados dos vizinhos, cada qual trabalhando na sua redoma como se o mundo ao redor não existisse; em suma, numa competição predatória entre vizinhos?

Por outro lado, imagine-se a posição dos dirigentes de órgãos federais quando, por um lado, são pressionados por recursos pelos representantes dos diversos Estados, ou pelos grupos de pesquisa das “universidades”, “centros de pesquisas” etc e, por outro, tendo que manter vivos e atuantes os grandes laboratórios montados à custa do dinheiro público, ao mesmo tempo em que verificam que suas

disponibilidades não são suficientes para atender nem a uns, nem a outros.

Não dá para acreditar que algo vá mudar, mantendo-se o *status quo*.

9 - CONCLUSÃO

Há um dispositivo constitucional que determina sejam os investimentos federais distribuídos pelas diversas regiões do País proporcionalmente ao número de habitantes de cada uma. Isso significa dizer que o Nordeste teria direito a algo em torno de 30% dos referidos investimentos.

A alusão e essa determinação da Constituição é feita a propósito das fontes de recursos que poderiam, em tese, ser direcionadas para compor o FUNDECI.

Imagina-se que não seria mais do que cumprir a determinação da Lei Maior se 30% dos recursos para investimentos do orçamento do Ministério da Ciência e Tecnologia fossem alocados no “fundo” em apreço, sendo mais que justo a presença de representante desse Ministério no seu “conselho deliberativo”.

Falou-se que o mundo está em transição para nova era econômica, a era do “conhecimento”. Como decorrência, os modelos vigentes de investimentos industriais tradicionais têm que mudar de paradigma. Em sendo tal assertiva uma verdade, vale pensar que as regras atuais de alocação dos recursos dos Fundos Fiscais e Financeiros da Região devem, também, sofrer os devidos ajustes.

Diante disso, e considerando-se válida a tese de que o Nordeste deve, como único caminho para enfrentar a concorrência de outras regiões por investimentos, implantar uma grande base de pesquisas científicas e tecnológicas, por que não se pensar, também, no direcionamento dos recursos do Fundo de Investimento do Nordeste (FINOR) e FNE para alavancar seus primeiros passos?

Existem outras fontes que também poderiam disponibilizar recursos para o FUNDECI, tais como:

- uma porcentagem da receita da Caixa Econômica com o sistema lotérico;

- contrapartida dos Estados nos projetos de seu interesse;
- imposto sobre importação de bens de consumo não duráveis e os considerados supérfluos;
- aumento de alíquota dos impostos sobre cigarro e bebidas alcoólicas;
- uma parcela dos lucros das estatais que atuam na Região etc.

Ainda à guisa de consideração final, sugere-se a realização de um seminário para discussão dessa proposta. O Banco do Nordeste, através do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE), que está proporcionando a discussão do tema na sua Revista Econômica do Nordeste, bem que poderia assumir a idéia de reunir os diversos segmentos da sociedade, anteriormente aludidos, para a apresentação e discussão dessa idéia. Se validada, não há por que ir de encontro ao curso da história, é arregaçar as mangas e agir.

ABSTRACT

The present article has the purpose of opening a discussion, in the ambit of the Northeast Area of Brazil, regarding its development model. It is believed that Brazil is beginning a new cycle of economic growth and that the market forces will address to the areas South and Southeast the productive investments, if something isn't done. The presented proposal is the creation of a great training base in Science and Technology to constitute at a strong argument of attraction of capitals for the Area. On the other hand, before the current model of administration of the Brazilian State, the execution of a regional policy of Science and Technology would not be possible if this doesn't go a stronger desire of the whole regional society. It is suggested that the establishment of the Regional Policy of Science and Technology is centered in actions of training of the Area in specialized brains and infrastructure of laboratories. In a complementary way, to address the research works for the themes of interest of the regional productive chains and for those linked to the productive vocations of States. At the end it is suggested the creation of a Regional Fund of Scientific and Technological Development as a form of making possible the

financial resources for the execution of the Politicy proposal.

KEY-WORDS:

Northeast/Brazil; Brazilian Northeast Development; Regional Policy; Science and Technology.

10 – BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia.
Indicadores nacionais de ciência e tecnologia
90 – 95.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (Brasil). **Diretório dos grupos de pesquisa no Brasil.** [on line] Disponível na Internet via WWW.URL: <http://www.cnpq.br/publicações/dispendio94/index.html>

CONGRESSO NACIONAL (Brasil). **Relatório da Comissão Mista do Senado sobre o Desequilibrium Inter-Regional.** Brasília, [1996?].

BANCO DO NORDESTE. **Diretrizes para um Plano de Ação do BNB (1991-1995):** desenvolvimento científico e tecnológico no Nordeste - setor industrial. 1997. V. 7.